

Mudança substantiva

Vicente Barretto

NUM país onde o comum é que as mudanças sejam mais epidérmicas e formais do que substanciais e efetivas, não é de estranhar que algumas pessoas cheguem a pressupor na substituição do Mobral pela Fundação Educar uma simples troca de siglas. Mas a verdade, literal e saudável, é que desta vez se foi além. Houve, em relação às finalidades e o campo de ação do Mobral, uma real mudança de conceitos e uma marcante reorientação de funções.

Estamos diante de uma circunstância em que se percebeu, de modo inequívoco, o quanto o momento histórico atual é propício à grande tarefa de repensar criticamente os caminhos do país. Melhor ainda, uma circunstância em que se ultrapassou a crítica estanque e a simples produção de mais algumas idéias. Da crítica resultaram decisões destinadas a contribuir para o encaminhamento da tarefa ainda maior de tornar menos desigual a realidade brasileira.

Um dos fatores que têm ajudado a acirrar as nossas desconfortáveis e perigosas desigualdades é o sistema educacional. Um fato, entre muitos, basta para dar realce a esta afirmação: o índice de analfabetismo na região do Nordeste em relação ao resto do país. Em termos nacionais, conforme os dados já um tanto desatualizados, mas ainda eloquentes do último censo, em 1980 esse índice era de 25,4%. Desse total, 45,4% estavam no Nordeste, onde também se achavam mais da metade dos 7,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos à margem da escola; e onde, nos melhores casos, de cada 1 mil crianças matriculadas na primeira série do primeiro grau, em 1978, somente 43 chegaram ao final.

Vê-se por aí em que medida permanece por se cumprir o preceito constitucional da escolarização obrigatória e gratuita na faixa dos 7 aos 14 anos. O que, diga-se de passagem, é comum em países como o Brasil, nos quais a legislação tem contornos de um idealismo distanciado da realidade e pernas que a fazem andar muito mais velozmente do que a prática administrativa. Por esta ou aquela razão, o fato a encarar, no entanto, é a insuficiência das soluções convencionais dentro da escola tradicional. E, em desdobramento, o de que, não obstante serem necessárias, ações de cunho inovador, como as da educação não-formal, ainda são vistas com indiferença e descrédito, tanto em meios acadêmicos quanto governamentais.

Daí porque, em vez de tratado preventivamente em sua fonte e no momento certo, o analfabetismo, em nossa sociedade de paradoxos, tem sido com mais frequência objeto de tentativas de "cura" na idade adulta, apesar das complicações que essa medicina evidentemente acarreta. Foi como um esforço para corrigir tal falha de origem que se desencadearam as campanhas de alfabetização dos anos 50, aliás de presença tão marcante. E que se criou o Mobral em 1970.

Por ter aberto demasiado o leque dos seus programas, o Mobral acabaria lembrado mais pela sua onipresença no espaço brasileiro do que pela eficácia do trabalho de alfabetização. Manda a verdade observar, no entanto, que ao desenvolver atividades de certa forma desvinculadas de sua tarefa prioritária — programas culturais, educação pré-escolar e para a saúde, etc. —, o Mobral tinha como objetivo último mobilizar grupos que, pelos seus interesses e problemas comuns, fossem na essência a sua clientela potencial: os analfabetos. Era correto, pois, o seu entendimento de que o analfabetismo não existia como fenômeno isolado. Errou ao não perceber, em tempo, que sua

estrutura institucional não comportava atividades tão variadas. Isso o levou a uma atitude de auto-suficiência e à pressuposição de possibilidades que a realidade não legitimava.

Verbalizadas por diversos setores da sociedade, acumularam-se as demandas em favor de mudanças na área. A Nova República mostrou-se capaz de respondê-las positivamente. Extinguiu o Mobral e criou a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, a Educar. E com isso voltamos à afirmação do parágrafo inicial, de que houve no caso uma alteração de fundo e não apenas de forma.

A primeira diferença a notar é que a nova Fundação, embora quase sem estreitar o campo sobre o qual deverá agir, trabalha agora com objetivos claramente definidos. Seu dever é fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica, tendo como destinatários todos aqueles que não puderam chegar à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Considerando-se o limite mínimo de 15 anos de idade, tem-se aí um contingente de cerca de 20 milhões de brasileiros a serem beneficiados com programas de alfabetização e educação básica, equivalentes às quatro primeiras séries do primeiro grau. E só, porque os demais programas a que se dedicava o Mobral serão desativados.

A diferença em relação ao Mobral acentua-se no fato de que a Fundação Educar perseguirá os seus objetivos fundamentalmente por via indireta. Valendo-se dos canais administrativos dos estados, municípios e organizações não governamentais — com ênfase nas prefeituras —, examinará e, caso mereçam aprovação, ajudará a pôr em prática as propostas educacionais geradas em cada localidade. Será, portanto, um órgão essencialmente de cooperação técnica e financeira.

A ação direta fica reservada aos casos excepcionais dos municípios que ainda não tiverem condições de assumir suas propostas de educação básica para jovens e adultos. Aí a Fundação se responsabilizará pela execução em termos pedagógicos: selecionando e capacitando professores, elaborando material didático e mobilizando voluntariado, supervisionando e avaliando. Mas, direta ou indireta, a pedra de toque da ação da Educar será a atenção às peculiaridades locais e o conseqüente estímulo ao desenvolvimento das comunidades.

Como tudo isto será feito, dirão em breve comissões formadas por técnicos da Fundação, de outros órgãos do MEC e das universidades. Sejam porém quais forem os métodos indicados, eles não poderão levar à Fundação a ultrapassar os nítidos limites do seu objetivo, nem afastá-la do princípio da descentralização. Excesso de diversificação e de centralização, como já se viu, foram os grandes erros do passado; não deverão ser repetidos num momento histórico em que a sociedade brasileira torna mais claras as suas exigências de objetividade administrativa, ao mesmo tempo que afirma as suas aspirações federativas. Na medida em que agir conforme tais aspirações e tais princípios, será inevitável que a Fundação Educar produza resultados mais satisfatórios do que os do seu antecessor. Então cada um poderá comprovar, pela experiência em curso diante dos seus olhos, que houve realmente muito mais do que uma troca de siglas.